

EDUARDO SIMÃO DE SOUZA VIEIRA

ESTAGNAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NO CICLO DA BORRACHA NA
AMAZÔNIA - 1880 A 1920

Monografia apresentada como requisito
parcial à conclusão do curso de graduação
em Ciências Econômicas da Universidade
Federal do Paraná.

Professor Orientador: Igor Zanoni Carneiro
Leão

Curitiba

2004


TERMO DE APROVAÇÃO

EDUARDO SIMÃO DE SOUZA VIEIRA


ESTAGNAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NO CICLO DA BORRACHA NA AMAZÔNIA -
1880 A 1920

Monografia aprovada como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:


Orientador:



Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão
Departamento de Economia



Maurício Aguiar Serra
Departamento de Economia



Ramon Vicente Garcia Fernandez
Departamento de Economia

Curitiba, 18 de Fevereiro de 2004

RESUMO

Este trabalho trata sobre o ciclo da borracha no período que se estende de 1880 a 1920, e seu principal objetivo é demonstrar as principais variáveis e condicionantes que contribuíram para a estagnação sócio-econômica e baixa diversificação produtiva na região amazônica durante a expansão produtiva causada pelo ciclo da borracha. Analisando as condições sócio-econômicas da região anteriores ao "boom" da borracha, bem como as principais conseqüências da consolidação desta estrutura de produção para a região amazônica especificamente e para sociedade brasileira como um todo, concluímos que a exploração da borracha foi incapaz de, por si só, estruturar um sistema econômico permanente na região, quiçá contribuir para uma verdadeira integração da mesma com o restante da economia nacional.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
1.2 BREVE HISTÓRICO DO CICLO DA BORRACHA	4
2. ESTRUTURA SOCIAL DA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS FATORES 9	
2.1 DISPOSIÇÃO DOS FATORES E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA	9
2.2 INSERÇÃO GEOGRÁFICA E SOCIAL DO SERINGUEIRO	11
2.3 O SISTEMA DE AVIAMENTO.....	12
3. O PROBLEMA DO CAPITAL.....	15
3.1 FONTES DE FINANCIAMENTO	15
3.2 A CULTURA DO CRÉDITO	17
3.3 A APROPRIAÇÃO DA RENDA.....	18
3.4 DETERMINANTES DO INVESTIMENTO.....	19
4. O GOVERNO.....	21
4.1 A ELITE TRADICIONAL E OS EMERGENTES.....	21
4.2 FONTES DE RECEITA DO GOVERNO.....	22
4.3 A DINÂMICA DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA FEDERAL.....	24
4.4 A POLÍTICA DE GASTOS	26
5. MERCADO INTERNO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	27
5.1 O PROBLEMA DA AGRICULTURA	27
5.2 A NATUREZA DAS APLICAÇÕES	28
5.2.1 Demanda Imobiliária Inflacionada	29
5.2.2 Setores Complementares	30
5.3 EXCLUSÃO SOCIAL E SUBCONSUMO	30
6. CONCLUSÃO.....	31
7. GLOSSÁRIO	33
9. BIBLIOGRAFIA.....	34

01. INTRODUÇÃO

O fenômeno conhecido como “ciclo da borracha” se desenvolveu na região amazônica do Brasil a partir de meados do século XIX, se estendendo até o início da segunda década do século XX. Esta denominação é apropriada, concernente, exclusivamente, à extração e venda de borracha local ao exterior¹, e denota a característica fundamental deste episódio, a rápida expansão e impressionante decadência desta atividade e, também, da região.

Talvez pela localização excêntrica da região amazônica, e pela própria relação de distanciamento sócio-político que esta sempre manteve com o restante do território nacional, o ciclo da borracha é, geralmente, visto pelo senso comum, como um núcleo de atividade econômica de importância secundária, dentro da formação econômica do Brasil. Ainda que seja esta visão parcialmente justificada, levando-se em consideração o baixo nível de desenvolvimento econômico e integração política alcançados pela região até os dias de hoje, as dimensões alcançadas pela economia da borracha, não permitem que seja considerada como um momento de importância secundária na história econômica deste país². Além disso a releitura deste episódio e o estudo da região amazônica tratam de grande parte dos problemas não resolvidos do Brasil na atualidade, como distribuição de renda, exclusão social, desarticulação política e ausência de visão estratégica de longo prazo.

¹ As poucas tentativas de manufatura local da borracha foram, em grande parte fracassadas, da mesma forma, o mercado interno passa a ter alguma importância somente a partir da década de 1930, quando se dá início a instalação da indústria pesada de artefatos de borracha no Brasil. Para maiores detalhes ver Nelson Prado Alves Pinto, *Política da Borracha no Brasil: A falência da borracha vegetal*, 1984, p.70 a 84.

² Ao longo do período inicial de expansão (1880-1890), a borracha era responsável por um volume razoavelmente constante de exportações que representava aproximadamente 10% do total exportado pelo país. Após a expansão da virada do século, esse volume passou a oscilar entre 20 e 25% do total das exportações brasileiras. Em 1910, durante o apogeu, a borracha respondia por 40% do total das exportações, enquanto que o café, então principal produto da pauta brasileira, era responsável por 41% deste total. Ver Roberto Santos, *História Econômica da Amazônia 1800-1920*, p.290.

A Amazônia deteve uma parcela significativa do comércio mundial da borracha até, pelo menos, a primeira década do século XX, quase sempre com preços relativamente altos, devido à insuficiência crônica da oferta mundial. Mesmo assim, a região não logrou transformar este privilégio momentâneo em gatilho para um processo de desenvolvimento econômico, permitindo que a riqueza gerada pelo ciclo se dissipasse com uma velocidade ainda maior que aquela dispendida para a sua constituição.

Por que a renda gerada pelo ciclo da borracha não constituiu fator suficiente para desencadear um processo de aperfeiçoamento e diversificação produtiva e desenvolvimento econômico sustentável?

Embora, para alguns autores, a resposta está intrinsecamente ligada às restrições físicas impostas pelo clima e pela floresta, este trabalho pretende, demonstrar como se deu este processo de expansão e decadência durante o ciclo, procurando apontar as razões para o baixo resultado alcançado em desenvolvimento sócio econômico pela região ao longo deste período a partir da análise dos seguintes aspectos principais: a) apropriação da renda entre os agentes da produção; b) as decisões de investimento e; c) ação governamental.

Após um breve histórico, ainda na Introdução, sobre as dimensões alcançadas pelo ciclo da borracha na Amazônia, estes três aspectos principais serão tratados separadamente, respectivamente nos itens 2, 3 e 4 e, com frequência, os assuntos abordados em um, ou outro item, se confundirão devido à profunda correlação que há entre estes. Nesta fase o trabalho assume um caráter predominantemente descritivo, procurando ressaltar as variáveis mais relevantes para o objetivo proposto.

No item 5 procura-se mostrar, através das descrições anteriores, como estas variáveis interagiram para que se estabelecesse as condições para a estagnação da economia da região amazônica, sem diversificação da base produtiva

e sem o aprimoramento das técnicas produtivas ligada à economia da borracha.

2.1 BREVE HISTÓRICO DO CICLO DA BORRACHA

Embora sabido que não se trata da primeira descrição da borracha, sua “descoberta” é creditada ao francês Charle Marie de La Condamine que, durante uma expedição à Amazônia, teria observado os indígenas manipularem, após coagulado, o líquido leitoso que extraíam da árvore, posteriormente denominada, *Hevea brasiliensis*.

Apesar do conhecido potencial da nova matéria prima, para a produção de roupas e calçados impermeáveis e seringas, entre outras, a manufatura da borracha encerrava certas dificuldades quanto ao manuseio deste produto diante da variação na temperatura, o que trazia grandes limitações para a manufatura da borracha. Isto porém, somente até o desenvolvimento do processo de vulcanização, em 1839, por Charles Goodyear, o que possibilitou a ampliação da aplicação da borracha para produtos que exigem maior resistência como correias, mangueiras, etc.

A partir daí a demanda externa por borracha cresce de maneira relativamente contínua até 1890, quando a popularização do uso do pneumático em bicicletas provoca uma aceleração na taxa de aumento da demanda, que vem, ainda, a ser intensificada a partir de 1900, com a crescente popularização do automóvel.

TABELA 1 - EXPORTAÇÃO DE BORRACHA NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA: 1827-1930

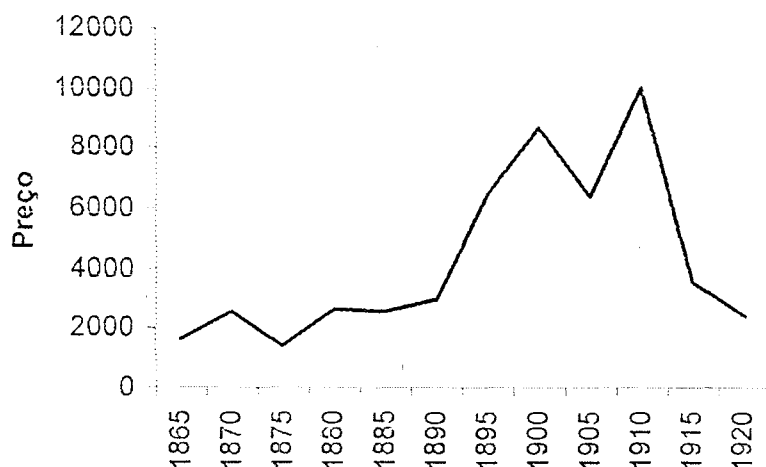
ANOS	QUANT	ANOS	QUANT
1827	31	1900	24.302
1830	156	1903	29.076
1836	189	1906	31.364
1840	388	1908	34.270
1846	673	1910	34.248
1850	1.395	1911	33.518
1856	1.906	1912	37.178
1860	2.673	1913	32.141
1878	6.456	1914	29.925
1880	6.800	1915	29.772
1888	17.062	1918	24.713
1890	15.355	1920	23.586
1895	27.794	1922	19.855
1898	21.218	1930	14.138

FONTE: Le Coite, I-433-434; IBGE, Anuário Estatístico 1930-40 in "SANTOS, História Econômica da Amazônia"; REIS História Econômica, p. 216, in "WEINSTEIN, A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)".

NOTAS: 1) Até 1876 inclui-se a borracha de países vizinhos embarcada em portos brasileiros e a partir de 1920 os dados referem-se a todo o país;
2) Produção em toneladas;
3) Anos escolhidos.

Como podemos aferir a partir da TABELA 1 e GRÁFICO 1 (pág. 6), por volta de 1890 já estava instalada uma conjuntura externa que garantiria a demanda por borracha da Amazônia para os próximos três decênios, pelo menos, com preços relativamente altos até 1910-1912, quando o cultivo planejado da *Hevea brasiliensis* na Ásia suplanta a produção amazônica.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA
BORRACHA FINA - MÉDIA DAS COTAÇÕES
MÍNIMAS E MÁXIMAS EM BELÉM (réis por quilo -
anos escolhidos)



Fonte: SANTOS, Roberto, História Econômica da
Amazônia, São Paulo, 1980 T. A. Queiroz Ltda, p. 214.
Com adaptações do autor.

Um dos pontos mais marcantes desta trajetória é a estagnação das técnicas produtivas da economia da borracha na amazônia, retrato da falta de planejamento e visão estratégica dos empresários brasileiros da borracha, assim como, do governo. Se em 1912 os governantes brasileiros se davam conta que de fato a economia da borracha enfrentava um problema, já na década de 1850 os ingleses, liderados pelo industrial da borracha Thomas Hancock, já previam o problema do abastecimento desta matéria-prima³. A partir de 1872 os ingleses começam a por em prática o plano para transplantar a *Hevea brasiliensis* para cultivo em colônias sob os seus domínios no oriente. Em 1876, o inglês Henry Wickham enviava, do Brasil, 1.000 mudas e 70.000 sementes (das quais, cerca de 2.700 germinaram) de *hevea* para o *Kew Gardens*, na Inglaterra, para, posteriormente serem replantadas no *Royal Botanic Gardens*, na Índia.

³ FONSECA, Cássio, A economia da borracha, Rio de Janeiro, Superintendência da Borracha, 1970. Pág. 38.

Enquanto isso no Brasil, pouco ou nenhum esforço foi feito para impedir que levassem a *Hevea* para fora do país, pois, era tido como consenso (pelo menos dentro do Brasil), que esta planta não se aclimataria em outros lugares. A possibilidade de cultivo da *Hevea* sobre bases racionais era uma hipótese mais desprezada ainda, pois, mesmo que o clima fosse propício, não se acreditava que o cultivo da planta numa densidade maior que aquela encontrada nas florestas resistiria às pragas que atacam a árvore.

TABELA 2 - PRODUÇÃO MUNDIAL DE BORRACHA (1900-1919)

ANO	BRASIL	ÁFRICA E AMÉRICA CENTRAL		ÁSIA	TOTAL
1900	26.750	27.180	3	53.933	
1901	30.290	24.549	4	54.843	
1902	28.700	23.640	7	52.347	
1903	31.095	24.830	19	55.944	
1904	30.650	32.080	41	62.771	
1905	35.000	27.000	171	62.171	
1906	36.000	29.700	615	66.315	
1907	38.000	30.170	1.323	69.493	
1908	38.860	24.600	2.014	65.474	
1909	42.000	24.000	3.685	69.685	
1910	40.800	21.900	8.753	71.453	
1911	37.730	23.000	15.800	76.530	
1912	43.370	28.000	28.194	99.564	
1913	39.560	21.450	47.618	108.628	
1914	36.700	12.000	71.380	120.080	
1915	37.220	13.635	107.867	158.722	
1916	37.000	12.450	152.650	202.100	
1917	39.370	13.258	204.251	256.879	
1918	30.700	9.929	241.579	282.208	
1919	34.285	7.350	381.860	423.495	

FONTE: SANTOS, História Econômica da Amazônia, p. 236

NOTAS: 1) Produção em toneladas.

Por volta de 1912 a ascensão da Ásia como maior produtor de borracha do mundo caí como um balde de água fria sobre a euforia que durara até o ano de 1910. O Brasil perderia definitivamente sua posição de líder mundial no fornecimento de borracha e, dentro de poucos anos, sua produção se tornaria insignificante frente ao espantoso aumento da produção asiática.

2. ESTRUTURA SOCIAL DA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS FATORES

2.1 DISPOSIÇÃO DOS FATORES E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

O ciclo da borracha desperta o interesse da literatura romancista pela abundância de estórias pitorescas (algumas vezes verídicas) de pessoas que com poucos recursos construíram grandes empresas⁴ e, também, pelos personagens comuns que, iludidos por essa falácia de lucro fácil, caíram nas armadilhas da “selva”.

Devido às características físicas da produção e do meio, este ramo de atividade foi campo mais apropriado para aventureiros que para empresários. Para extrair a borracha da hevea, o necessário são apenas algumas ferramentas rudimentares e algumas “estradas”⁵. Como a terra virgem era amplamente disponível àquela época, e as ferramentas relativamente baratas, logicamente, a organização da produção toma um caráter exclusivamente extensivo em mão-de-obra. Assim, o aumento da produção estava condicionado ao acréscimo de mais trabalhadores e mais estradas.

Quando do aumento na demanda mundial por borracha, por volta de meados do século XIX, a região Amazônica se encontrava parcamente habitada, como ainda é hoje, provocando uma relativa escassez de mão-de-obra, desmantelando setores produtivos voltados para o mercado interno, como o agrícola, que não ofereciam rentabilidade equiparada à borracha. Outra alternativa era a imigração, quase exclusivamente de nordestinos, intensificada a partir da seca prolongada de 1877-1880. FURTADO⁶ estima que a imigração na região amazônica no período 1872-1900 teria sido de aproximadamente 260.000 pessoas, para uma região apresenta, inicialmente uma população de 329.000, um crescimento de 79%.

⁴ Mais detalhes em: WEINSTEIN, Barbara, *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*, São Paulo, 1993, Editora Hucitec USP. Pág. 80.

⁵ As estradas são caminhos, cuja extensão pode variar, percorridos pelo seringueiro durante a manhã ferindo as árvores e durante a tarde recolhendo a borracha. Ver Barbara Weinstein *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência 1850-1920* p.32.

⁶ FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, 1977, Companhia Editora Nacional, 5ª ed. Pág 131.

A migração foi, em grande parte, patrocinada por grandes seringalistas e pelo poder público, representantes tanto dos interesses dos seringalistas como dos empresários ligados a outros setores da economia da região amazônica e, em parte, custeada pelo trabalho futuro do próprio emigrante. As pessoas geralmente chegavam à Amazônia com lugar certo para o trabalho

TABELA 3 - POPULAÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA (1850-1920)

ANOS	POPULAÇÃO
1850	200.391
1854	250.000
1860	278.250
1862	288.712
1870	322.909
1872	332.847
1880	389.997
1890	476.370
1900	695.112
1910	1.217.024
1920	1.090.545

FONTE: SANTOS, História Econômica da Amazônia 1800-1920
1800-1920, p.317

NOTAS: 1) incluí Estado do Acre somente a partir de 1912.

Apesar do rápido aumento da população, a escassez de mão-de-obra continuou a ser um problema crônico, pelo menos até 1912, quando os preços internacionais da borracha despencam. Um bom exemplo da escassez de mão-de-obra na região pode ser encontrado na construção da ferrovia Madeira-Mamoré, por volta de 1910, realizada quase totalmente com mão de obra "importada" da América Central, Europa e Oriente.

Quanto à disponibilidade de seringais, não houve qualquer restrição séria. Estes se distribuíam em quantidade generosa ao longo das margens dos rios da Amazônia. Quando as terras mais próximas a Belém foram ocupadas, a solução foi procurar seringais rio acima, desta maneira, os brasileiros haviam chegado em boa

quantidade ao Acre já em 1900, quando este ainda era considerado território boliviano.

2.2 INSERÇÃO GEOGRÁFICA E SOCIAL DO SERINGUEIRO

Uma importante variável no desenvolvimento das relações sócio-econômicas da região amazônica esteve, sem dúvida, ligada às condições físicas da base produtiva da região.

O seringueiro, agente da base da cadeia produtiva na economia da borracha, passava, durante a época da produção, cerca de seis meses ao ano num estado de quase isolamento em relação ao resto da sociedade, tendo contato exterior somente com o aviador⁷. Durante a época das chuvas, se reuniam em pequenas vilas, onde o único passatempo era o bar e as bebidas.

Este isolamento relativo do seringueiro foi a causa principal da desarticulação política e econômica desta classe. Por um lado acuada pelo monopólio do aviador vende sua borracha a preço vil e, por outro, oprimida pelo monopólio do mesmo aviador ao adquirir os meios de sua subsistência a preços exorbitantes. Desta maneira, as principais peças da próspera economia extrativa da borracha, cumprem seu papel sem a respectiva parte no bolo final.

Quanto à formalização das condições de trabalho do seringueiro houve algumas variações. Em alguns casos o seringueiro trabalhava por conta própria em sua própria terra e, ele mesmo vendia sua borracha ao aviador, em outros, trabalhava em terra pertencente ao seringalista, sendo, geralmente, remunerado por produção. Houve casos nos quais os seringueiros trabalhavam como assalariados, porém, constituem raras exceções à regra.

A relação de clientelismo à qual estava submetido o seringueiro em relação ao seringalista, que era sua única opção de venda da borracha e aquisição de mantimentos, mantinha o primeiro em condição desvantajosa, quase sempre possuindo dívidas a quitar com o seringalista. Por outro lado, o seringueiro

independente possuía certo grau de liberdade para a venda de sua borracha e aquisição de mantimentos, porém, ao vender a borracha em baixa quantidade, perde o poder de barganha, e se vê obrigado a vender sua borracha a preços baixos. Quanto a aquisição de mantimentos, sua liberdade de escolha também é limitado, tendo em vista às poucas opções de que dispunha, quase sempre uma só.

Embora o alto valor de exportação associado ao resultado do trabalho do seringueiro, sua inserção dentro do sistema de produção e comércio então vigente, colocava-o numa posição desfavorecida, na qual sofre revezes de toda espécie, terminando, por fim, vivendo dentro da selva numa condição de extrema pobreza e quase animalidade.

Ao se fazer uma analogia às teorias da base de exportação, o desenvolvimento da economia amazônica com base em exportações poderia ocorrer desde que o fluxo de renda gerado pela atividade de base (a borracha) gerasse externalidades como, aumento da demanda por produtos e serviços locais. Essa demanda pode ser pressionada pela mão-de-obra assalariada, como ocorreu com o café nos estados do sudeste, porém, teve pouca influência na região amazônica onde a incapacidade do agente da base (o seringueiro) de se apropriar de parte da renda e transformá-la em consumo foi significativamente inferior.

2.3 O SISTEMA DE AVIAMENTO

Entender o sistema de aviamento é fundamental para a compreensão do sistema de produção e apropriação da renda, não só dentro da economia da borracha, mas em praticamente todas atividades econômicas da região.

O sistema de aviamento surge como adaptação às características físicas da região, antes mesmo que a borracha despertasse algum interesse econômico. A alta dispersão geográfica da população, geralmente ocupada com alguma atividade extrativa, ao longo das margens dos rios amazônicos, reservou papel fundamental à navegação de cabotagem e, em especial, à figura do aviador.

⁷ Empresário que atua como fornecedor e comissário de seringueiros.

Este princípio está ligado ao início da exploração extrativa de produtos amazônicos, pelos jesuítas, com mão-de-obra indígena em meados do século XVIII. Produtos como cacau e castanha-do-pará já despertavam o interesse para a exportação antes mesmo da borracha, e sua exploração esteve ligada ao desbravamento da Amazônia rio acima e ao surgimento do comércio de cabotagem na região amazônica.

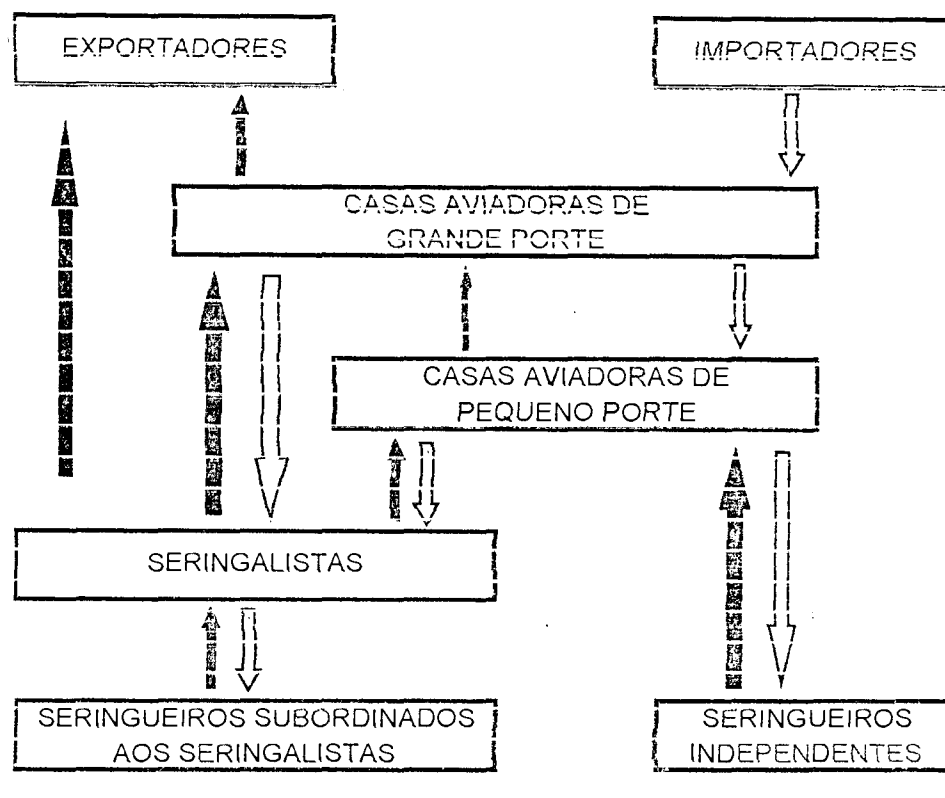
Especificamente na região amazônica, o comércio de cabotagem ganha uma característica peculiar que chama a atenção, o comum uso do crédito nas transações comerciais, sendo que, muitas vezes, as transações são registradas apenas contabilmente, dando ao sistema de comércio, aspectos semelhantes ao escambo⁸. Este assunto é abordado por WEISTEIN B. e SANTOS R., que concordam ao atribuir estas características à ampla dispersão de recursos naturais e, logicamente, da população, atraso nas técnicas de produção e interesses das lideranças comerciais, que desejavam manter a relação de clientelismo através das concessões de crédito. Além disso, devido à lentidão da circulação do dinheiro em posse dos habitantes desta região aumentava o risco de perdas decorrentes de processos inflacionários ou substituição de bilhetes⁹.



Na economia da borracha, a configuração continua praticamente a mesma, das casas de aviamento, geralmente sediadas em Belém ou Manaus, provinha o abastecimento do seringueiro. Os barcos pertencentes às casas de aviamento subiam o rio levando produtos alimentícios, bebidas, ferramentas, entre outros e, na sua volta, traziam a borracha produzida pelos seringueiros. Na maioria das vezes, entre as casas aviadoras e o seringueiro havia intermediários, geralmente casas aviadoras de porte menor ou, até mesmo, o próprio seringalista que não raro se confundia com a figura do aviador.

⁸ Vide item 3.2 A Cultura do Crédito.

⁹ "A confiança do público no papel-moeda era ainda mais diminuída pelos aparecimentos freqüentes de bilhetes falsos e pela incessante substituição dos bilhetes antigos por novos, praticada sistematicamente e de maneira abusiva pelo Governo Federal. Estas substituições com data fixa (...) levavam aos habitantes do interior a sofrer perdas freqüentes; ignorando que certos bilhetes iam ser retirados de circulação, verificavam, de repente, que suas reservas haviam perdido total ou parcialmente o valor." (*L'Amazonie Brésilienne, op. cit., vol. II, p. 451 in Roberto Santos História Econômica da Amazônia 1800-1920 p.157.*)

FIGURA 1 - A CADEIA DE AVIAMENTO



LEGENDA:
 Fluxo de exportação (borracha)
 Fluxo de importação (alimentos, ferramentas, etc.)

Nota: Diagrama do Autor

Deste modo, o aviador de pequeno porte (ou o seringalista), fornecia determinados bens de consumo ou ferramentas ao seringueiro, recebendo, em troca, certa quantidade de sua produção. Os preços eram determinados pelo aviador, que incluíam uma generosa margem de lucro ao preço das mercadorias em cada escala da cadeia produtiva. Quando o seringalista alcançava determinadas quantidades, poderia partir para o negócio direto com as grandes casas aviadoras e, em alguns casos, diretamente com as casas exportadoras e importadoras, conseguindo preços melhores, tanto na venda da borracha, como na compra de mercadorias.

3. O PROBLEMA DO CAPITAL

3.1 FONTES DE FINANCIAMENTO

Pelas características já abordadas ao tratar da disposição dos fatores de produção, evidencia-se que a extração da borracha selvagem consiste numa atividade com baixo nível de capitalização. Porém, a constituição de um sistema de transporte fluvial eficiente demandou, ao longo do tempo, uma série de investimentos um tanto avultados.

Durante a primeira metade do século XIX, a economia da borracha emergia dentro da estrutura de aviamento constituída em épocas anteriores, conforme já descrito, mas, o aumento da produção e da demanda por borracha da Amazônia, fez necessários a ampliação e a modernização da capacidade de transporte fluvial. Em 1852 o Barão de Mauá realizou o mais notável investimento privado de risco até então, constituía a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, em regime de monopólio¹⁰, com três navios a vapor e investimento inicial de 1.200 contos de réis (cerca de 142 mil libras-ouro) e, em 1860, já contava com 10 vapores em sua frota. Outro investimento de vulto se deu em 1872, a criação da companhia de capital inglês Amazon Steam Navigation, com uma subscrição inicial acerca de 300.000 libras-ouro, incorporando, finalmente, toda a concorrência até 1874 e contando, em 1875, com 20 vapores em sua frota.

Esses investimentos, apesar de vultosos, em relação ao capital privado individual, são inversões relativamente pequenas se consideradas no conjunto de uma economia em plena expansão. Quando em 1852 Mauá investe cerca de 142.000 libras-ouro, as exportações alcançavam cerca de 217.000 libras-ouros ao ano, já em 1872 quando Amazon Steam Navigation subscreve 300.000 libras-ouro, as exportações alcançavam cerca de 900.000 libras-ouro. O estado de sucateamento da frota em poder da Amazon Steam Navigation, por volta de 1900¹¹, atesta a escassez de investimentos no transporte fluvial após a conquista do

¹⁰ O regime de monopólio foi quebrado pelo senado no mesmo ano da constituição da companhia de Mauá

¹¹ Ver Paul Le Cointe. *Le Amazonie Brésilienne*. A. Challamei, Paris, 1922, I-257-8. In Roberto Santos, *História Econômica da Borracha*, p. 56.

monopólio pela Amazon Steam. Apesar de haver mercado e capital para entrada na concorrência do transporte fluvial na Amazônia, o cacife financeiro por trás de uma companhia sediada na maior potência industrial da época, a Inglaterra, intimidava qualquer tentativa de quebra deste monopólio virtual.

Quanto à instalação de casas bancárias na região, estas se reservavam à trabalhar com operações de câmbio e ao financiamento de operações de giro e, quando se dispunham a financiar produtores de borracha, exigiam garantias estranhas à extração da borracha, concediam prazos curtos e cobravam juros excessivamente altos. Portanto, não se pode dizer que restava aí qualquer fonte de capital dentro da economia da borracha.

O capital empregado para a extração da borracha era predominantemente circulante, cerca de 70% em relação ao todo, e sua velocidade de giro era estimada em aproximadamente 1,7 vezes ao ano¹². E apesar da crescente demanda externa e boa rentabilidade projetada para investimentos no ramo de extração de borracha selvagem, certas características do sistema de ocupação das terras produtivas e do próprio sistema de aviamento funcionavam como barreiras à entrada de capital externo ou extra-regional. Quanto aos investimentos na extração da borracha, sua organização primitiva exigia certas formas de controles inaplicáveis às empresas capitalistas civilizadas e, os poucos investimentos estrangeiros nesta área, obtiveram resultado desolador¹³. Quanto ao lucrativo mercado de aviamentos, este também não sofreu sérias investidas por parte do capital externo, até mesmo, porque se considerava, entre os demais setores da economia capitalista, este tipo de intermediação, uma forma espúria de lucros exorbitantes. Ainda que não fosse assim, as intrincadas relações de clientelismo praticadas nos lugares de acesso mais difícil tornam o ramo ainda mais inacessível a novatos. Em alguns casos, o que pôde ser observado é que o capital estrangeiro participou na aquisição de sociedade em grandes casas de aviamento já existentes.

¹² Quanto às estimativas sobre composição do capital e velocidade de giro, ver Roberto Santos Cap. 6 "Sistema do aviamento e formação do excedente na economia gomífera".

¹³ Para maiores detalhes sobre investimentos estrangeiros na extração de borracha selvagem ver Barbara Weinstein, *A Borracha na Amazônia. Expansão e Decadência, 1850-1920*, cap. 6.

Resumidamente, o capital externo ou extra-regional, esteve ligado às atividades complementares à extração da borracha, como o transporte fluvial e companhias de serviços de infra-estrutura urbana que se instalaram em Belém e Manaus. Dentro da atividade-base da economia da borracha, guardadas as devidas excessões, o investimento em expansão se deu gradativamente, com recursos acumulados em períodos anteriores.

3.2 A CULTURA DO CRÉDITO

O próprio termo aviar, na Amazônia, significa fornecer mercadorias a crédito. (SANTOS)¹⁴ Mais que uma necessidade de primeira ordem, a cultura creditícia se impunha como artimanha para manter cativa a clientela, alimentando-se assim uma relação de endividamento contínuo, na qual a parte devedora(o freguês) torna-se uma espécie de refém.

Ao ingressar na extração de borracha sob a supervisão de um seringalista, o seringueiro já tem contabilizada sua quota de endividamento, a viagem (quando imigrante), as primeiras ferramentas e alguns poucos bens de consumo para sua subsistência antes que possa vender suas primeiras “boias” de borracha defumada. Mesmo após estar produzindo, muitas vezes o seringueiro não consegue fugir do ciclo de endividamento, pois, os preço da sua produção e do seu consumo eram muitas vezes manipulados inescrupulosamente de acordo com o interesse do seringalista. Ao levantar uma conta-padrão de um seringueiro na Amazônia Euclides da Cunha chega à mesma conclusão: “...é natural que ao fim de alguns anos o freguês esteja irremediavelmente perdido. A sua dívida avuita ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, que não pagará nunca. Queda, então, na mórbida impassibilidade de um felá desprotegido dobrando toda a cerviz à servidão completa. O regulamento é impiedoso: ‘qualquer freguês ou aviado não poderá retirar-se sem que liquide todas as suas transações comerciais’(...) Fugir? Nem cuida de tal. Aterra-o o desmarcado da distância a percorrer. Buscar outro barracão?

¹⁴ Roberto Santos, História Econômica da Amazônica 1800-1920 p. 159.

Há entre os patrões acordo de não aceitarem uns os empregados dos outros, antes de saldadas as dívidas...” (CUNHA)¹⁵.

O uso e concessão de crédito também eram largamente utilizadas entre as casas de aviamento, logicamente, sem o mesmo significado presente nas relações entre seringueiros e seringaiistas. Muitas grandes casas de aviamento tomavam, inclusive, empréstimos bancários a juros relativamente altos para o financiamento de parte do giro. Muito embora, os juros altos, a alavancagem dos negócios através de empréstimos era compensadora, tendo em vista a alta rentabilidade uferida pelas casas de aviamento em seus negócios.

A cultura do crédito dentro do sistema de aviamento na Amazônia se impunha, não como condição necessária ao financiamento das operações de giro mas como ferramenta para a manutenção de uma complexa rede de clientelismo.

3.3 A APROPRIAÇÃO DA RENDA

Entender o mecanismo de geração e apropriação do excedente dentro da economia amazônica da borracha é crucial para entender a natureza dos gastos de agentes envolvidos na economia da borracha e o posterior desenvolvimento da economia amazônica como um todo. Roberto Santos destaca três principais parcelas de excedente na economia gomífera:

“A primeira resultava de extorquir do seringueiro, até o ponto de intolerância fisiológica, o máximo de rendimento com o mínimo de pagamento. O excedente era compartilhado pela rede de “aviadores”, transportadores, pelo governo, etc., inclusive pelos centros industriais. A segunda, bastante difícil de distinguir da primeira, mas teoricamente identificável, seria o lucro específico da atividade empresarial dos “aviadores” e seringaiistas, remuneração de sua capacidade de organização, coragem e energia. A terceira parcela do excedente consistiu na renda

¹⁵ Euclides da Cunha, *À Margem da História*, op. cit., I Parte, “Na Amazônia terra sem História”, p. 23-27, In, Roberto Santos, *História Econômica da Amazônia*, p.166-167.

das inversões em capital fixo e capital de giro enviados por não residentes na região.”(SANTOS)¹⁶

Embora seja a definição da natureza do excedente da economia gomífera um complexo exercício de raciocínio teórico de intrínseca dificuldade prática, somente o esboço dessa conjectura é suficiente para dar uma idéia da concentração de renda dentro de poucos setores da economia da borracha, gerando, na prática, efeitos multiplicadores reduzidos.

A intrincada cadeia de aviamento que ligava o primitivo e rentável setor extrativo ao capital industrial era a responsável pela apropriação quase todo o excedente gerado na economia gomífera. Mesmo no caso de seringaiistas, fica evidente que seu ganho resultava também da exploração da atividade de aviamento entre os seringueiros a estes subordinados.

Outro aspecto que chama a atenção no sistema de aviamento, é a concentração do poder sócio-econômico no topo da cadeia, que possibilitava às grandes casas aviadoras promover o crescimento de seus lucros através de aumentos espontâneos nas taxas de juros praticadas em seus negócios, tendo em vista a baixa elasticidade-preço da demanda. Dentro deste cenário, criou-se uma rede de espoliação que canalizava os rendimentos da economia gomífera para algumas grandes empresas “aviadoras” sediadas em Belém e Manaus, constituindo o sistema mais severo de concentração de riqueza conhecido na história do Brasil.

3.4 DETERMINANTES DO INVESTIMENTO

Enquanto as cidades de Belém e Manaus haviam alcançado um nível de riqueza e padrão de vida considerado avançado, o cerne da economia extrativa da borracha submergia, tanto na estagnação da evolução das técnicas de trabalho, como na grotesca prostração humana à qual o seringueiro era submetido.

A punjança das cidades de Belém e Manaus no ápice do ciclo da borracha é com muita freqüência referida na literatura romancista, simbolizada, com certa

¹⁶ Roberto Santos, *Histórica Econômica da Amazônia: 1800-1920*, p.162.

morbidez, na exuberância e riqueza da sociedade da época, nos gastos exorbitantes e exdrúxulos de algumas pessoas destacadas da sociedade e em obras luxuosas e imponentes, como o teatro de Manaus. O preço de um almoço em qualquer restaurante destas duas cidades, por volta de 1900, alcançavam com facilidade os preços de um restaurante de Paris (a capital do mundo), sem precisar dispor do mesmo requinte.

Na própria exuberância do ciclo da borracha, encerrava-se o germe de sua contradição. Ao mesmo tempo em que refletia a altíssima concentração de renda daquela economia, denotava a alta rentabilidade alcançada nos setores ligados à economia gomífera, o que desestimulava qualquer investimento na região que não fosse na economia gomífera. A concorrência na demanda por investimentos e mão-de-obra com os setores de aviação e extração acarretava sério desestímulo às atividades secundárias.

Uma possível instalação da indústria pesada da borracha na região amazônica naquela época seria criticamente remota. Por um lado o capital nacional não dispunha das elevadas quantias requeridas para a instalação do maquinário necessário e pagamento sobre direitos de patente, que pertenciam aos americanos e ingleses. Por outro lado, o investimento estrangeiro direto no setor secundário não se mostrou atraente ao capital industrial, tanto pela política típica centro-periférica de comércio exterior, onde a periferia exporta produtos primários de pouco valor agregado e importa bens manufaturados, como pelo fato de o governo brasileiro não ser, àquela época, considerado razoavelmente dócil, a ponto de inspirar, no investidor estrangeiro, confiança no seguro retorno de suas aplicações.

4. O GOVERNO

4.1 A ELITE TRADICIONAL E OS EMERGENTES

Embora a extração vegetal tenha sido, pelo menos desde 1800, a principal contribuinte para a geração de renda na região amazônica, o cenário político era dominado por uma elite ligada, principalmente, à agricultura e pecuária, os setores tradicionais.

O avanço da economia da borracha a partir da década de 1840 expôs a fragilidade da organização sócio-econômica na região amazônica no período posterior à revolta da cabanagem, que começou em 1835 a partir de uma disputa política entre brasileiros e portugueses e terminou em 1839 degenerada numa batalha que pouco tinha a ver com suas origens ideológicas, desestruturando a organização social e produtiva da região. A expansão da economia gomífera exigia, cada vez mais, mobilização da escassa mão-de-obra disponível da região, criando, frente aos setores tradicionais, uma espécie de concorrência pelos fatores de produção. Ainda, com a crescente rentabilidade proporcionada pelos setores ligados à borracha, a possibilidade dos setores tradicionais concorrer pelos fatores de produção foram drasticamente reduzidas, como nota Barbara Weinstein:

“Não é de admirar que as poucas centenas de agricultores e criadores de gado que sobreviveram à Cabanagem, e que continuavam constituindo a espinha dorsal da elite política do Pará, se opuseram energicamente à expansão inicial da economia da borracha. Eles encaravam o súbito recrudescimento do setor extrativo como uma dupla ameaça. Em primeiro lugar, porque desviava os trabalhadores potenciais dos setores agrícola e de transporte, onde a escassez era aguda. (...) Em segundo lugar, e talvez mais lastimável, a extração da borracha contribuía para criar uma população relativamente autônoma de produtores semi-independentes, não sujeitos a qualquer forma de controle ou coerção pelos membros da elite tradicional.”
(WEINSTEIN)¹⁷

¹⁷ Barbara Weinstein, *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência, 1850-1920*, Hucitec, São Paulo 1993, p. 60.

Estavam, assim, delineadas as condições que justificavam a hostilidade da elite política amazônica dominante junto ao setor gomífero, pelo menos até a década de 1870. Um exemplo desta hostilidade foi a criação do Corpo de Trabalhadores, que constituía uma brigada de trabalho forçado, constituídos por vagabundos ou suspeitos de vadiagem que não conseguissem provar propriedade de terra ou emprego fixo. Assim, muitos seringueiros eram enquadrados nestes perfis, pois, a simples utilização da terra para a extração da borracha não comprova propriedade nem emprego fixo.

4.2 FONTES DE RECEITA DO GOVERNO

Com a produção e exportação da borracha em franca expansão no último quartel do século XIX, a arrecadação dos Estados aumentou significativamente. Com a proclamação da república e a conseqüente necessidade do governo central em consolidar o poder da nova classe dominante, o governo central cedeu parte do bolo tributário aos Estados, que tiveram suas receitas aumentadas em mais de sete vezes no prazo de 20 anos.

Ainda assim, este aumento extraordinário pode ser considerado como resultado do aumento espantoso dos valores exportados em borracha no período. Tão logo quanto possível, a União trataria de recuperar sua participação na arrecadação tributária. Como nota Roberto Santos¹⁸, com exceção de poucos anos¹⁹, a estrutura de arrecadação na Amazônia sempre favoreceu o governo central(federal) em detrimento dos governos provinciais(estaduais) e municipais. Via de regra, a competência tributária sobre exportações pertencia ao estado e, o imposto sobre importações era aplicado pelo governo federal. Cerca de 80% a 90% da arrecadação estadual era proveniente do imposto sobre a exportação da borracha.

¹⁸ SANTOS, Roberto, *História Econômica da Amazônia, 1800-1920*, T. A. Queiroz Editor Ltda, São Paulo 1980, p. 192.

¹⁹ Nos anos imediatamente subseqüentes à proclamação da república, os Estados usufruíram de uma parcela maior no bolo da arrecadação tributária, porém, a benevolência do governo central duraria apenas o suficiente para a consolidação do modelo republicano, em 1905, a distribuição da arrecadação tributária já voltaria a ser equivalente ao período monárquico.

TABELA 4 - RECEITAS DO ESTADO DO PARÁ DE 1885 A 1920

Ano	Receita	Ano	Receita
1885	2.807.930	1903	14.987.684
1886	3.181.208	1904	16.909.332
1887	2.936.133	1905	16.062.613
1888	3.205.230	1906	15.394.863
1889	2.662.623	1907	14.067.073
1890	3.180.732	1908	12.414.228
1891	5.938.155	1909	19.039.710
1892	8.459.688	1910	20.255.071
1893*	9.022.241	1911	14.480.716
1894**	9.584.793	1912	13.688.947
1895**	10.191.900	1913	9.226.125
1896**	11.809.580	1914	8.188.967
1897**	15.101.797	1915	8.786.941
1898**	19.817.617	1916	11.224.049
1899**	25.088.904	1917	10.226.125
1900**	24.966.099	1918	8.676.584
1901	13.503.823	1919	10.436.449
1902	12.394.040	1920	8.516.619

FONTE: WEINSTEIN, A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920).

NOTAS: 1) Valores em Mil Réis;

2) * Valor estimado, média do período anterior e posterior;

3) ** Período envolvendo o segundo semestre do ano da competência e o primeiro semestre do ano subsequente.

Embora, à primeira vista, possa parecer que os governos estaduais possuissem um instrumento mais poderoso de arrecadação, o governo central aproveitava sua maior autonomia para taxar pesadamente as importações a uma taxa média de 40% *ad valorem*, enquanto os governos estaduais tributavam as exportações a uma taxa média de 20% sobre seu principal produto de exportação, a borracha tipo fino. Outros produtos da pauta de exportação da região amazônica eram taxados com alíquotas que variavam entre 5% a 16%.

As receitas dos municípios consistiam, em sua maior parte, da taxaço sobre o transporte e comércio de mercadorias, aplicando, na maioria das vezes, uma alíquota *ad valorem* sobre o preço das mercadorias embarcadas ou comercializadas dentro de seus limites. A regressividade e cumulatividade destes impostos com os impostos cobrados pelos governos estaduais e central, contribuía para o absurdo encarecimento das mercadorias importadas. Além do mais, a falta de qualquer disciplina mais rígida sobre competências e limites de tributação municipal, contribuía para que em muitos casos a mercadoria fosse taxada diversas vezes em diversos municípios.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA ENTRE AS ESFERAS DE GOVERNO (1864-1920)

ANOS	GOVERNO		
	CENTRAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
1890	58,97	31,21	9,81
1900	37,31	53,20	9,50
1905	53,79	33,18	13,03
1910	61,71	27,89	10,40
1915	49,13	32,79	18,08

FONTE: ALBUQUERQUE, Le Cointe, SODRÉ e Anuário Estatístico (1930-40), in SANTOS, História Econômica da Amazônia.

4.3 A DINÂMICA DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA FEDERAL

Até mesmo pela dinâmica da formação econômica do Brasil, o centro do poder político nacional esteve concentrado no centro centro sul do país a partir da expansão dos ciclos do ouro e do café, sucessivamente. Por sua vez, a ascensão da região amazônica do ponto de vista econômico a partir de meados do século XIX, não encontrou a contrapartida equivalente no plano político. O resultado desta disparidade entre o plano econômico e político refletiu, durante quase todo o ciclo da borracha, dentro do governo central, numa política de gastos indiferente quanto à região amazônica, onça, os principais objetivos do governo central eram aumentar a arrecadação tributária para transferência dos saldos líquidos para outras regiões do

país e a obtenção de divisas, mediante exportação, para a sustentação da solvência internacional do país.

No ano de 1913, o deputado federal Luciano Pereira, representante do Estado do Amazonas, denunciava à câmara dos deputados do Rio de Janeiro que: “desde 1852, a região amazônica havia entregue ao governo federal mais de 1 milhão de contos de réis enquanto as despesas da União na Amazônia não haviam excedido 250 mil contos” (SANTOS)²⁰.

TABELA 6 - SALDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO
NO ESTADO DO PARÁ (1889-1916)

Anos	Contos de réis	Anos	Contos de réis
1889	5.143	1903	16.558
1890	6.714	1904	20.118
1891	6.796	1905	26.416
1892	6.866	1906	23.718
1893	8.772	1907	28.203
1894	10.371	1908	18.378
1895	9.322	1909	27.285
1896	14.718	1910	36.131
1897	18.998	1911	20.514
1898	19.020	1912	21.902
1899	25.586	1913	15.454
1900	16.056	1914	6.637
1901	11.069	1915	7.202
1902	12.931	1916	10.734

FONTE: Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, in SANTOS, História Econômica da Amazônia.

Embora possa parecer exagerada a denúncia do deputado, analisando o quadro 8, pode-se aferir que mesmo considerando grandes despesas como a construção da rodovia Madeira-Mamoré, porém, “...com apenas 10 anos de saldo líquido transferido do Pará, a União poderia ter construído, por exemplo, quatro

²⁰ SANTOS, Roberto, História Econômica da Amazônica, 1800-1920, T. A. Queiroz Editor Ltda, São Paulo 1980, p. 195.

estradas do tamanho e custo da Madeira-Mamoré” (SANTOS)²¹. Considerando até mesmo a soma paga à Bolívia e ao Bolivian Syndicate em 1903 pela anexação do território do Acre, apenas a arrecadação obtida naquele mesmo território a partir de 1903 até 1917 superava em mais de 100% o valor de tal indenização.

4.4 A POLÍTICA DE GASTOS

Como resultado da política tributária distante, e até mesmo, predatória, do governo central em relação à região amazônica, a responsabilidade para a execução de políticas públicas ficou por conta dos Estados. Enquanto a União acumulava sucessivos saldos positivos no balanço da sua execução orçamentária, os Estados acumulavam déficits.

TABELA 7 - SALDOS DA RECEITA E DESPESA PÚBLICAS NA AMAZÔNIA
(1890-1920)

ANOS	GOVERNO FEDERAL			GOVERNOS ESTADUAIS		
	RECEITA	DESPESA	SALDO	RECEITA	DESPESA	SALDO
1890	10.465	3.269	7.196	5.539	10.013	-4.474
1900	28.839	6.183	22.656	41.122	59.207	-18.085
1910	84.799	12.359	72.440	38.324	40.193	-1.869

FONTE: ALBUQUERQUE, Le Coite, SODRÉ e Anuário Estatístico (1930-40), in SANTOS, História Econômica da Amazônia.

NOTAS: 1) Valores em contos de réis.

A sucessão de déficits acumulados na execução orçamentária dos Estados culminaria com a tomada de empréstimos no exterior pelos Estados do Pará e Amazonas e, ainda, pelo município de Belém. Cabe lembrar que o endividamento dos Estados, neste período, não esteve restrito às administrações nortistas, porém, nunca é demais lembrar, que a renda *per capita* dos Estados do norte era a maior do país no início do século XX.

²¹ SANTOS, Roberto, *História Econômica da Amazônica, 1800-1920*, T. A. Queiroz Editor Ltda, São Paulo 1980, p. 197.

5. MERCADO INTERNO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 O PROBLEMA DA AGRICULTURA

A experiência histórica demonstra que o desenvolvimento econômico de uma região depende, fundamentalmente, da produtividade agrícola e, conseqüente formação do excedente agrícola. Embora não sejam incomuns afirmações de que o solo amazônico é pobre e impróprio para agricultura, qualquer análise mais sóbria mostra que o problema da agricultura da Amazônia padeceu, mais do que pela hostilidade do clima, por um complexo arranjo de interesses econômicos individuais.

Primeiramente, convém esclarecer que o solo amazônico não é infértil ou "fraco". A cultura do arroz, por exemplo, é bastante apropriada para a região, devido ao alto índice pluviométrico e existência de extensas planícies alagáveis. Acontece que as chuvas torrenciais, que são comuns naquela região, aliadas a uma prática agrícola rudimentar resultam num rápido assoreamento das terras cultivadas. O aumento de produtividade na agricultura estava necessariamente ligado ao desenvolvimento de técnicas agrícolas apropriadas para aquela região. O possível desenvolvimento destas técnicas demandaria investimentos e, certamente, algum tempo.

Também na pecuária, o aumento da produtividade dependia também da melhoria genética dos rebanhos e do investimentos em drenagens de pântanos, criação de açudes, etc. Investimentos demasiados vultosos para uma economia extremamente descapitalizada, na qual podem se contar nos dedos os proprietários rurais que poderiam desfrutar desta possibilidade.

Em segundo lugar, as possibilidades de lucros exorbitantes na economia da borracha servia como um sério desestímulo para investimentos em qualquer setor que não estivesse diretamente ligado à economia da borracha. Dentro deste contexto, para o agricultor ou pecuarista, tornava-se mais vantajoso manter o nível de produtividade estável e investir o excedente obtido com sua atividade no ramo da borracha.

5.2 A NATUREZA DAS APLICAÇÕES

A forma como se dava a apropriação da renda e formação do excedente, assunto abordado no capítulo II, foi, sem dúvida alguma a principal fonte do anomalia cotidiana que era a economia da região amazônica durante o ciclo da borracha. Uma economia que chegou a contradições extremas, era o encontro do luxo com a pobreza, a ostentação com a necessidade. Esta situação é narrada com extrema sagacidade e sensibilidade por Márcio Souza:

“Era aqui que se podia notar isso. (...) na Europa o poder era uma decorrência quase natural, não se notava a presença do dinheiro como ninguém perguntaria pela qualidade do vinho e seu valor. O vinho era o vinho e era sempre bom. O dinheiro era esta espécie de vinho cotidiano, uma roupa íntima e uma alma, uma metafísica. Mas em Belém o dinheiro não era metafísico, estava ali e eu podia descobrir seu contorno no imenso bolo cor-de-rosa, nas travessas de prata e nas jóias que enfeitavam o colo de qualquer dama. O corpo do dinheiro andava despido e guiava a criada que servia o ponche. Eu podia até dizer que o dinheiro era ruminado em cada palavra. Aqueles filhos do dinheiro recente e fácil, habitantes de uma terra primitiva, não podiam escapar da ostentação e da nudez do poder econômico.” (SOUZA)²²

Essa contradição de condições e de necessidades, vai refletir a dinâmica das demandas dos agentes econômicos. Se por um lado a sociedade amazônica foi incapaz de produzir dentro de seu vasto território a comida necessária para sua própria sobrevivência foi capaz de levantar “no meio da selva” um magnífico teatro, no qual foram utilizados diversos artigos importados da Europa, como o mármore e, até mesmo, os artistas que pintaram a abóbada da nave.

Esta distorção do poder econômico teve reflexos evidentes na economia da região, por um lado a concentração de renda em torno de uma pequena elite que, quase em sua totalidade, residia nas capitais²³, provocou um “boom” inflacionário

²² Márcio de Souza, *Galvez, o Imperador do Acre*, Editora Record, Rio de Janeiro 2001, 18ª edição, p. 34.

²³ Referem-se a Belém e Manaus.

sobre o setor imobiliário das capitais, por outro lado, a extrema miséria na qual viviam a imensa maioria das pessoas que viviam da cultura da borracha impediu que essa massa de trabalhadores constituíssem uma massa consumidora capaz de gerar impulso para investimentos em setores complementares, como por exemplo, os setores de produção de bens de primeira necessidade, como alimentos, artigos do vestuário, etc.

5.2.1 DEMANDA IMOBILIÁRIA INFLACIONADA

Como a maior parte da elite beneficiária da apropriação da renda na economia da borracha fixava residência nas capitais, uma saída natural para o aumento de renda desta classe foi o mercado imobiliário urbano. Devido à baixa elasticidade da oferta neste setor, o resultado, que não poderia ser diferente, foi o aumento dos preços com a expansão da produção num ritmo mais lento que a demanda.

O efeito multiplicador da demanda sobre o setor de construção civil também foi relativamente baixo, pois, além do setor estar concentrado na mão de poucas empresas, grande parte dos gastos se davam com extravagâncias, como a importação de certos itens da construção da Europa, não gerando, assim, efeitos sobre a economia local.

Uma consequência perversa foi o processo inflacionário desencadeado pela facilidade do dinheiro na mão de uma pequena elite favorecida, que encarecia o custo de vida para a população em geral, levando ao aumento da miséria entre as classes menos favorecidas. Além disso, "... os investimentos e a especulação em imóveis urbanos serviram apenas para exacerbar a crônica inflação de preços e os custos operacionais, ao privar setores econômicos mais produtivos e estratégicos, como a agricultura e a indústria, de um capital de que havia extrema carência" (WEINSTEIN)²⁴.

²⁴ WEINSTEIN, Barbara, *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*, São Paulo, 1993, Ed. Hucitec USP. Pág. 107.

5.2.2 SETORES COMPLEMENTARES

A concentração da renda em uma parcela pequena da população foi a causa fundamental da distorção de preços no mercado e da morbidez dos seus efeitos perversos. Se por um lado desencadeava um processo inflacionário devido a existência de uma demanda insatisfeita sobre os setores de construção civil e bens de luxo, por outro, a necessidade de expansão destes setores tornava-os demandantes de capital, que por sua vez, servia como sério desestímulo para o investimento em setores de bens de consumo básicos.

5.3 EXCLUSÃO SOCIAL E SUBCONSUMO

Considerando as condições de trabalho às quais o seringueiro era submetido e, ainda, a dispersão geográfica desta classe resultante do modo de produção extrativista, é difícil imaginar uma situação mais favorável deste em relação à sua parcela na apropriação do excedente gerado na economia gomífera. A vida levada parcialmente dentro da floresta levava este a regredir a uma situação de quase animalidade, onde muitas vezes, a insuficiência de suprimentos levavam-nos a suprir grande parte de suas necessidades calóricas diárias por conta própria, seja pelo cultivo de mandioca, feijão, etc; ou mesmo pela pesca em água doce.

Seja pelas condições sanitárias, custos de transporte ou pela desagregação social, as condições intrínsecas ao meio amazônico revelaram que a possibilidade de qualquer desenvolvimento humano baseado no modo de produção extrativista era nula na prática. Porém, a extração de borracha a partir de plantações de *hevea brasiliensis*, cultivadas sobre bases racionais provavelmente não teria deixado a região amazônica a mercê da mesma sorte tirana que acompanhava a produção baseada na extração silvestre.

6. CONCLUSÃO

A impressionante história de expansão e decadência da economia da borracha, seja pela crueza dos extremos em contradição ou pelas histórias fantásticas deste episódio, tem gerado diversas teorias, muitas vezes sem fundamentação científica, sobre as razões dos fatos históricos. Os mais fatalistas associam a estagnação da região às características do meio físico e encaram a decadência, após o *boom* do ciclo da borracha, como um processo natural de acomodação após a extinção de um fator extraordinário que aumentou significativamente o nível de renda da região. Já os mais entusiastas da borracha defendiam, pelo menos até meados do século XX, que uma ação planejada do Estado com o objetivo de promover ações integradas de incentivo ao desenvolvimento das técnicas de cultivo da *Hevea*, de maneira que a borracha brasileira não perdesse em produtividade para a borracha asiática, teria sido suficiente para, pelo menos, garantir a manutenção do nível médio de renda alcançado na década de 1901-1910, pelo menos, até 1945.

Esta simplificação grosseira de duas teses extremas sobre os determinantes do desenvolvimento da região amazônica no ciclo da borracha têm embasamento em princípios que devem ser considerados para a construção de uma tese mais realista. Por um lado, como visto anteriormente, as condições físicas do meio associado ao modo de produção silvestre-extrativista inviabilizam qualquer possibilidade de desenvolvimento humano, mantidas estas condições. Por outro lado, um processo de aprimoramento das técnicas de produção da borracha, a partir do cultivo racional da *hevea*, traria melhoras significativas nestas condições, proporcionando, além do aumento da produtividade, maior concentração da mão-de-obra, associada a uma maior integração social e a um menor custo de subsistência, aproximando-se das características próprias de economias urbanizadas.

Embora o desenvolvimento da história tenha demonstrado que a continuidade de uma economia baseada principalmente no fornecimento de borracha à indústria internacional não poderia garantir o desenvolvimento da região no longo prazo, tendo em vista a larga substituição da borracha natural pela sintética já a partir da

segunda guerra mundial, uma hipotética evolução do modo de produção extrativo para as plantações abriria um novo horizonte de possibilidades para a economia da região, com a criação de um mercado consumidor mais robusto, associado ao trabalho assalariado e a uma maior concentração demográfica.

A inércia evolutiva do sistema produtivo da economia da borracha amazônica e da própria economia amazônica, de um modo mais amplo, frente à dinâmica do mercado consumidor externo e dos concorrentes, é um exemplo clássico de como os interesses individuais muitas vezes são incentivados a agir em função do curto prazo, mesmo quando é óbvio que tais ações no médio e longo prazos podem resultar num desastre. Não se trata de considerar o mercado como incapaz de estabelecer incentivos mediante preço, porém, em casos como este, resta uma lacuna que coloca em risco a sustentabilidade do sistema no longo prazo.

GLOSSÁRIO

AD VALOREM (latin) taxação *ad valorem* > refere-se a aplicação de uma determinada alíquota sobre o valor nominal de determinada mercadoria ou serviço.

BORRACHA Etmologia: recipiente de couro, com bocal, para guardar e transportar líquidos. **Borracha natural:** substância elástica obtida através da coagulação do látex coagulado de plantas como a seringueira, caucho, goma elástica, etc. **Borracha artificial:** borracha obtida através de processos químicos, sem utilização do látex ou com a utilização do látex em quantidades insignificantes em comparação ao volume do produto final.

CABOTAGEM Navegação de Cabotagem > Diz-se da navegação mercante entre portos de um mesmo país.

CONTO DE RÉIS Um milhar de mil-réis.

LÁTEX Suco espesso, quase sempre alvo, raramente amarelo ou rubro, que dimana de muitas plantas mediante ferimento. É uma emulsão cujos componentes mais importantes são resinas e borracha. (NOVO AURÉLIO, São Paulo, 1999, Ed. Nova Fronteira.)

VULCANIZAÇÃO Processo químico utilizado na manufatura da borracha vegetal que a torna resistente, elástica e insolúvel. Consiste na introdução de átomos de enxofre da cadeia do polímero natural.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA CITADA

FONSECA, Cássio. "A Economia da Borracha". Rio de Janeiro, Superintendência da Borracha, 1970.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

PINTO, Nelson Prado Alves. "Política da Borracha no Brasil: A falência da borracha vegetal". São Paulo, Hucitec: Conselho Regional de Economia, 1984.

SOUZA, Márcio. "Galvez Imperador do Acre". Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.

SANTOS, Roberto. "História Econômica da Amazônia (1800-1920)". São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda, 1980.

WEINSTEIN, B. A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FERREIRA FILHO, C. "*Porque perdemos a batalha da borracha?*" Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1995, 42ª edição.

RAMOS, Mário Barroso. "**Borracha**". São Paulo, Sindicato da Indústria de Artefatos de Borracha em São Paulo, 1969.

SOARES, José Carlos de Macedo. "A Borracha: Estudo econômico e estatístico". Paris, L. Chauny et L. Quinsac, 1927.